Ano 3, n. 9, 2010
Seção Colunas
30/08/2017

Como interpretar bem um texto?

Gustavo Bernardo

Gustavo Bernardo é Doutor em Literatura Comparada, Professor Associado de Teoria da Literatura no Instituto de Letras da UERJ e pesquisador do CNPq. Publicou doze ensaios, entre eles “A Educação pelo Argumento” e “O Livro da Metaficção”, e onze romances, entre eles “A filha do escritor” e “Nanook”. Publicou, pela editora Rocco, o livro “Conversas com um professor de literatura”, contendo 50 crônicas desta Revista Eletrônica do Vestibular da UERJ. Seu ensaio “A ficção de Deus”, publicado pela Annablume, acaba de receber o Prêmio da Biblioteca Nacional para o Melhor Ensaio Literário de 2015. Edita o site www.gustavobernardo.com, sobre as suas obras.

A interpretação dos textos não é uma atividade inventada pelos professores para desespero dos alunos. Antes da gente, as cartomantes, os quiromantes, os astrólogos e outros jogadores de búzios, entre tantos outros decifradores de mensagens ocultas, dedicam-se a interpretar imagens, indícios, coincidências, cartas, linhas das mãos, estrelas, conchas, cinzas e sonhos.

A interpretação se torna uma atividade nobre, porém, quando se torna uma tarefa religiosa: instituir o significado da palavra de Deus através da interpretação dos livros sagrados, por exemplo a Bíblia. No princípio, só poderia haver uma interpretação correta do texto bíblico, restava encontrá-la.

Esta origem do ato de interpretar deixou alguns problemas para o presente. Há leitores que ainda acham que só se possa encontrar uma e apenas uma interpretação correta para cada texto. Há outros leitores que defendem com ardor o seu direito à interpretação livre, entendendo que cada pessoa tem a sua interpretação, pessoal e intransferível.

Ambos os grupos de leitores incorrem em equívoco.

Por um lado, não há uma interpretação única sequer para a própria Bíblia. Por isso surgiram as religiões protestantes, que por definição protestavam contra a interpretação dominante dos católicos. Por esta razão, elas traduziram os textos sagrados para as línguas vulgares de modo a permitir a leitura e, consequentemente, a interpretação dos fiéis.

Por outro lado, construir uma interpretação pessoal de um texto não é uma tarefa automática. Depende de respeito ao texto que se lê e aos contextos, quer do texto, quer do momento em que se lê. Na maioria das vezes, o que se chama de “minha interpretação” não passa de um aglomerado desorganizado de clichês e citações alheias lidas ou ouvidas sem digestão, sem trabalho pessoal de construção.

Que a obra seja aberta, como mostrou Umberto Eco, não implica que ela seja escancarada. Ou seja: não vale tudo. O próprio Eco alertou: “dizer que um texto potencialmente não tem fim não significa que todo ato de interpretação possa ter um final feliz.” As palavras do texto configuram um conjunto embaraçoso de evidências materiais que o leitor não pode deixar passar.

Se não há, para cada texto, uma única interpretação correta, e se a interpretação de cada leitor também não é necessariamente correta, o problema de como interpretar bem persiste.

Os filósofos antigos já se depararam com o fato perturbador de que cada livro possui alguma verdade, e que esta verdade é contraditória em relação à verdade de outros livros. Ora, se os livros falam a verdade mesmo quando se contradizem entre si, cada um deles deve ser compreendido como parte da mensagem: é a leitura de todos os livros que contém a mensagem. A verdade da interpretação se encontra no processo global de leitura, jamais neste texto ou naquele leitor.

A popularização da interpretação dos textos bíblicos foi obviamente um avanço mas trouxe de contrabando um atraso, a saber: a multiplicação das seitas. Como boa parte das interpretações se esforça por excluir as demais, muitos religiosos de origem protestante negam a origem e a denominação de sua própria religião, aproximando-se do catolicismo (palavra que deriva de “universal”, sugerindo a ideia de uma única religião possível) que combatiam no começo de tudo.

Ora, se a interpretação dos textos literários vai por esse caminho, entra em conflito frontal com a própria literatura, que pressupõe a suspensão momentânea de quaisquer verdades para melhor perspectivizar as possibilidades de saber.

Preocupada com este conflito, a escritora Susan Sontag dedicou-se a escrever contra a própria interpretação, questionando a tendência dos interpretadores a separar a forma do conteúdo para atribuir caráter acessório à primeira e essencial ao segundo. Essa tendência leva à formulação da pior de todas as perguntas: "o que o autor quis dizer?". Encontramos essa pergunta pouco inteligente em muitas aulas e muitos manuais didáticos. A resposta do aluno mal educado pode ser, infelizmente, a mais correta: "sei lá, pô!".

O autor não se encontra presente, em alguns casos faleceu há séculos, logo deveria ter respeitado o seu direito mínimo de não ter mensagens postas na sua boca à revelia. O máximo que o leitor pode entender do texto é o que ele mesmo se tornou capaz de entender. É para esta condição que Oscar Wilde alertava, quando disse: "It is the spectator, and not life, that art really mirrors" – é o espectador, e não a vida, que a arte realmente reflete.

Quando o leitor interpreta um texto, fala tão-somente do que pode falar: a verdade da sua leitura. A não ser para desqualificar todos os outros leitores e todas as outras leituras do mundo, não se pode falar da verdade intrínseca ou absoluta de um texto literário. O intérprete corre sempre o risco da arrogância, quando escava debaixo do texto para desenterrar o tal do "Sentido" maiúsculo que ali se encontraria soterrado.

Para Susan Sontag, há uma minoria de casos em que a interpretação configura-se como um ato liberador que revê e transpõe valores. No entanto, a maioria das interpretações atuais seria "reacionária, impertinente, covarde, asfixiante." Neste caso, a interpretação deveria ser condenada, porque "a Arte verdadeira tem a capacidade de nos deixar nervosos. Quando reduzimos a obra de arte ao seu conteúdo e depois interpretamos isto, domamos a obra de arte."

Nas palavras de Sontag, é preciso manter-se nervoso, perturbado, inquieto, depois do contato com a arte. Nas minhas palavras, é preciso preservar o enigma levantado pelo poeta, sem jamais resolvê-lo.

O personagem de um romance de Isaías Pessoti declarava: "nenhum amor sobrevive à palavra, mas nenhum poder prescinde dela". Nenhum amor sobrevive à palavra que se quer completa, ao "conte-me tudo não me esconda nada", à insistência em escavar as verdades mais íntimas, em perguntar diariamente "mas o que é que você está pensando agora?". Essa insistência não é amor, ou pelo menos não é só amor, se vem melada de um certo tipo de desespero que se traveste de suficiência para melhor esconder a necessidade de controle, isto é, a necessidade de exercer poder sobre o outro.

Ora: o que vale para o amor vale para toda leitura – dos livros ou do mundo.

Um exemplo sofisticado se encontra na interpretação usual dos narradores dos romances de Machado de Assis. Muitos críticos os consideram "unreliable" (em inglês, para parecer mais chique) – isto é, "não-confiáveis". De fato, Machado escreve muitos dos seus romances contra o próprio narrador – por tabela, contra o próprio leitor, uma vez que o leitor é forçado a tomar como sua a perspectiva da narrativa. Todavia, quando considera não-confiável o narrador do escritor, o crítico finge que ele mesmo não seria também um dos alvos prioritários da ironia machadiana. Desta maneira, o crítico sugere que só ele mesmo, "o Crítico", seria confiável.

Na verdade, os narradores machadianos em primeira pessoa são tão confiáveis ou não-confiáveis quanto qualquer narrador em primeira pessoa ou, mais amplamente, quanto qualquer pessoa. Bento Santiago, ao mesmo tempo que nos força a pressupor a traição de Capitu, mostra tantos indícios de que ela o traiu quanto de que não o fez. Brás Cubas mostra a si mesmo como um canalha, mas através das suas próprias palavras também podemos ler a decadência do sistema patriarcal do qual Brás Cubas é vítima e não causa.

Todas estas restrições não nos permitem, entretanto, condenar a interpretação à morte, se este é o seu tempo. Condenada, a interpretação rirá de nós outros e ainda por cima nos obrigará a interpretar o seu riso. Como solucionar, então, o conflito entre a interpretação, que pressupõe tudo-dizer e tudo-esgotar, e a literatura, que pressupõe a suspensão momentânea das verdades justo para não esgotá-las?

Como sói acontecer, a formulação do problema contém a sua solução. Deve-se manter a questão e o conflito ativos e abertos. Um projeto inteligente de interpretação recua diante da solução final e protege a dúvida, preservando tanto o enigma do texto quanto a leitura do outro.